

Intervenção da
Ministra de Educação de Portugal
no Parlamento Europeu
(Comissão de Cultura e Educação)
Apresentação das Prioridades e do Programa
da Presidência Portuguesa
para área da Educação e Formação
16 de Julho de 2007

No momento em que se celebram cinquenta anos da formação da Comunidade Europeia, a Europa e o modelo económico e social europeu enfrentam grandes desafios.

A globalização, as alterações climáticas, os problemas de segurança, a vertiginosa mudança tecnológica, as transformações demográficas e as migrações internacionais colocam-nos, hoje, perante problemas novos, para os quais temos de encontrar respostas inovadoras com carácter de urgência.

Alguns destes problemas têm incidência particular na esfera da educação.

Os avanços da globalização exigem que coloquemos hoje a competitividade e o desempenho da economia como preocupação central, se quisermos melhorar ou até mesmo manter os níveis de emprego, bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos europeus.

As sociedades europeias estão hoje obrigadas a desenvolver não apenas a capacidade para se adaptarem à mudança permanente, mas também a capacidade para gerarem, através da inovação, essa mesma mudança.

O primeiro desafio a que temos de responder é o de desenvolver essas capacidades e, ao mesmo tempo, manter a direcção do combate às alterações climáticas e conservar os elevados níveis de solidariedade e de protecção que caracterizam o modelo social europeu, que – estou certa – todos queremos preservar.

O reforço da aprendizagem ao longo da vida – todos o reconhecem hoje – tem de ser a primeira resposta para a formação de cidadãos; de cidadãos preparados para as necessidades e para os constrangimentos do desenvolvimento sustentável, de trabalhadores mais qualificados e por isso mais capazes de participar activamente nesse desenvolvimento e mais protegidos das inevitáveis incertezas do mercado de trabalho.

A organização de sistemas educativos segundo os princípios da universalidade, da equidade e da qualidade constitui uma condição da preservação do modelo social europeu e uma exigência do nosso tempo.

É uma condição da construção de economias e de sociedades efectivamente baseadas no conhecimento.

As rápidas mudanças demográficas solicitam também novas soluções do sistema educativo.

O prolongamento da esperança de vida exige que se criem oportunidades de aprendizagem que respondam às necessidades de formação permanente de uma população com uma vida activa mais longa.

Por outro lado, apesar da quebra da natalidade, impõe-se o alargamento da educação pré-escolar, pois, como mostra a investigação, ela desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades para todos.

As migrações internacionais criam, também elas, novos problemas para os sistemas educativos de todos os Estados-membros da União, mesmo daqueles que há muito têm sistemas mais consolidados e eficientes.

A regulação da imigração tem de caminhar a par da consagração dos direitos dos imigrantes, entre os quais figura em lugar de destaque o direito à educação.

A educação é um instrumento indispensável para a plena integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento.

Temos, pois, de construir soluções que facilitem essa integração, providenciando o necessário apoio educativo, em particular na aprendizagem das línguas.

Foi justamente a estes desafios que a Estratégia de Lisboa, aprovada no Conselho Europeu de Março de 2000, sob a anterior Presidência Portuguesa, procurou responder.

Por isso estabeleceu o objectivo ambicioso de «tornar a União Europeia o espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social».

A introdução de um novo método aberto de coordenação a todos os níveis abriu outras perspectivas à cooperação no seio da União, designadamente na área da educação e da formação.

Em Lisboa, os chefes de Estado e de governo assumiram a necessidade de um programa exigente de modernização dos sistemas de educação e formação.

Esta área passou assim a ocupar um lugar de maior relevo na agenda política europeia. Dois anos mais tarde, a adopção dos objectivos futuros comuns dos sistemas de educação e formação, no Conselho de Barcelona, veio dar resposta a essa necessidade.

É inegável que, desde então, tem havido um esforço de convergência relativamente a esses objectivos, especialmente em virtude do programa de trabalho «Educação Formação 2010».

A revisão intercalar da Estratégia de Lisboa, em 2005, confirmou a importância da educação e da formação para a agenda europeia em matéria de crescimento e emprego.

As linhas directrizes então aprovadas apelaram aos Estados-membros para que investissem mais e melhor no capital humano e para que adaptassem a educação e a formação às novas competências exigidas pela sociedade do conhecimento.

É forçoso, porém, reconhecer que o trabalho desenvolvido está ainda longe de ter produzido os resultados a que todos aspiramos.

A Presidência está por isso firmemente convencida de que é necessário reforçar o papel da aprendizagem ao longo da vida no próximo ciclo da Estratégia de Lisboa – que se iniciará no próximo ano – e começar a preparar, desde já, o seu desenvolvimento para além do horizonte de 2010. Essa será a nossa prioridade.

Estaremos, assim, a seguir o caminho apontado na resolução do Parlamento Europeu sobre a revisão intercalar da Estratégia de Lisboa, em que se exigiu que essa revisão colocasse a educação e a formação, a melhoria do capital humano e a aprendizagem ao longo da vida no centro da Estratégia de Lisboa.

Estaremos também a prosseguir o debate aberto pela Presidência Alemã, que aproveite aqui para saudar, pela forma competente e empenhada como conduziu a agenda europeia e pelas numerosas iniciativas do seu programa informal.

O debate que teve lugar no Conselho «Educação» de Fevereiro permitiu revelar um amplo consenso entre os ministros responsáveis pelas áreas da educação e da formação sobre a necessidade de reforçarmos a cooperação europeia, de a organizarmos de forma mais produtiva e eficiente e de a projectarmos desde já para além de 2010.

A Presidência empenhar-se-á por isso para que, tendo em conta o documento de reflexão que a Comissão apresentará no Outono sobre a agenda de Lisboa, o Conselho «Educação» envie uma mensagem clara sobre a necessidade de reforçar o papel da aprendizagem ao longo da vida no novo ciclo da Estratégia de Lisboa.

Para esse efeito, procuraremos trabalhar em conjunto com os nossos colegas eslovenos, com quem temos mantido uma excelente colaboração.

O êxito da Estratégia de Lisboa depende da nossa capacidade para encontrarmos os espaços e explorarmos as oportunidades para essa cooperação.

Como todos bem sabemos, a responsabilidade pelas áreas da educação e da formação cabe aos Estados-membros ou aos Estados regionais que os constituem.

Os tratados limitam-se a especificar os domínios em que, subsidiariamente, a União pode apoiar e completar a acção dos Estados-membros no sentido de promover a qualidade e de criar uma mais-valia europeia, tal como a mobilidade de estudantes e professores, o reconhecimento de qualificações e competências, a cooperação entre instituições ou agentes educativos ou a aprendizagem das línguas.

Assim é e assim continuará a ser.

No Programa de Aprendizagem ao longo da Vida, lançado sob a Presidência Alemã, temos o instrumento adequado para esses objectivos, embora haja ainda muito a fazer para facilitar e promover a mobilidade dos cidadãos europeus.

Assim mesmo, independentemente dos tratados, por sua vontade própria, os Estados-membros, com apoio do Parlamento e da Comissão, têm levado mais longe a cooperação política nas áreas da educação e da formação.

O Método Aberto de Coordenação tem sido o instrumento dessa vontade, permitindo tanto o acompanhamento do progresso realizado relativamente aos objectivos comuns que adoptámos como a partilha de experiências, conhecimentos e boas práticas.

Neste contexto, será necessário prosseguir o programa de trabalho «Educação Formação 2010», sendo desejável que este incorpore indicadores de progresso e equidade que tenham em conta os novos problemas sociais.

A experiência destes anos mostra, porém, que não basta dispor das ferramentas de acompanhamento e não basta também o intercâmbio de experiências e ensinamentos no quadro de grupos constituídos pela participação de peritos e representantes da administração ou das instituições.

Estamos convencidos de que é possível fazer mais e melhor.

Por isso elegemos também como prioridade o enriquecimento do Método Aberto de Coordenação.

O lema que adoptámos para a nossa Presidência na área da educação e da formação – *Unidos Aprendemos: reforçar a cooperação para a equidade e qualidade da aprendizagem ao longo da vida* – resume bem as nossas prioridades.

A Presidência promoverá um debate alargado sobre as possibilidades de enriquecimento e desenvolvimento do Método Aberto de Cooperação.

É importante que os Estados-membros possam encontrar um espaço para apresentar as suas iniciativas e seleccionar e orientar as actividades de recolha mútua de ensinamentos, elevando desse modo os seus resultados ao nível da cooperação política.

É possível identificar desde já alguns domínios em que, estou certa de que concordarão comigo, as soluções encontradas a nível nacional ou regional podem beneficiar muito da cooperação europeia.

A criação de condições para a mobilidade dos cidadãos europeus; os esforços para a conjugação da eficiência e da equidade dos sistemas de educação e formação; a promoção da formação para o desenvolvimento sustentável e para a cidadania; a integração social dos imigrantes; a expansão da educação pré-escolar; a resposta às necessidades de formação da população adulta podem constituir domínios de eleição da cooperação política no seio da União Europeia.

A cooperação no seio da União Europeia, para ser frutuosa, tem de envolver não apenas os Estados-membros, mas também todas as instituições europeias – Parlamento, Conselho e Comissão.

Nesse sentido, satisfaz-me a perspectiva de manter a tradição de uma cooperação próxima com o Parlamento.

Pela parte que lhe toca, a Presidência Portuguesa fará tudo o que estiver ao seu alcance para manter esta estreita relação de trabalho com o Parlamento e com a Comissão e para animar o espírito de cooperação que os assuntos da educação e da formação exigem.

Assim, ao definirmos o Programa da Presidência, incluindo as iniciativas do programa informal, procurámos articular as nossas próprias perspectivas com a agenda de trabalhos e as iniciativas das outras instituições.

Espera-se que a Comissão apresente em breve uma proposta de recomendação sobre a qualidade da formação de professores cujo processo de co-decisão se inicia durante a Presidência Portuguesa.

Começaremos logo que possível o exame do projecto, aguardando com expectativa a oportunidade de conhecer os pontos de vista do Parlamento sobre o assunto.

Com esta recomendação ficará disponível um quadro de referência das qualificações e das competências dos professores da educação básica e do ensino secundário.

Será decerto um instrumento relevante para a promoção do desempenho profissional dos professores, tanto do ensino geral como da formação profissional, de modo a contribuir para a equidade e para a qualidade dos resultados da educação básica e do ensino secundário.

Esperamos também que esse quadro contribua para reforçar a confiança mútua nas qualificações obtidas nos diversos Estados-membros, facilitando desse modo a mobilidade.

A Presidência organizará em Lisboa, em 27 e 28 de Setembro, uma conferência sobre o *Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e equidade da aprendizagem ao longo da vida* que, esperamos, permitirá extrair algumas implicações daquela proposta de recomendação.

A conferência constituirá, ainda, uma oportunidade para analisar políticas públicas inovadoras que possam inspirar as soluções a adoptar, nesta área, por cada Estado-membro.

Se a formação dos agentes educativos é essencial para orientar o seu trabalho para a qualidade e para a equidade, o quadro organizacional em que exercem a sua acção não é menos.

Às escolas são confiadas missões cada vez mais complexas que procuram cumprir em contextos organizativos diversos, com vários graus de autonomia e responsabilidade.

A consulta pública sobre as escolas, que a Comissão acaba de lançar, constituirá certamente um incentivo para a discussão destes problemas.

A conferência organizada pela Presidência sobre *As Escolas face a Novos Desafios*, que terá lugar em Lisboa em 2 e 3 de Novembro, permitirá analisar os resultados dessa consulta e debater as formas pelas quais se podem criar nas escolas as capacidades para responder a esses desafios, em particular no que diz respeito ao seu desenvolvimento organizacional e aos regimes de transparência, avaliação e prestação de contas.

As preocupações da Presidência com a equidade dos sistemas de aprendizagem ao longo da vida, no quadro do desenvolvimento da agenda social da Estratégia de Lisboa, encontram um contexto propício no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, que se assinala este ano.

A Presidência organizará, em estreita parceria com a Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação em Necessidades Educativas Especiais, uma audição destinada a jovens com necessidades educativas especiais que frequentam estabelecimentos de ensino geral e profissional de nível secundário e superior.

Esta iniciativa proporcionará a esses jovens a oportunidade de exprimirem os seus pontos de vista e as suas aspirações enquanto cidadãos europeus.

As estratégias de aprendizagem ao longo da vida devem englobar todos os níveis e todas as modalidades da educação e da formação, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, para crianças, jovens e adultos, seja geral, seja profissional.

Devem igualmente valorizar múltiplas vias ou percursos de aprendizagem, incluindo as modalidades menos formais.

O reconhecimento e a validação dos resultados da aprendizagem, independentemente do seu contexto, formal ou informal, escolar ou extra-escolar, são uma exigência inevitável da formação permanente nas sociedades modernas.

Mas quanto mais alargada for a oferta de formação e mais diversificadas forem as vias de aprendizagem, mais difícil será a tarefa de comparar as qualificações obtidas em diferentes países da União Europeia.

O projecto de recomendação sobre o Quadro Europeu de Qualificações constitui uma proposta ambiciosa, que tem por objectivo criar um quadro de referência comum para descrever as qualificações, aumentando assim a transparência e a comparabilidade e facilitando o reconhecimento das diversas qualificações adquiridas nos diferentes sistemas de educação e formação da União Europeia.

O Quadro Europeu de Qualificações basear-se-á nos resultados de todas as modalidades de aprendizagem, sejam formais ou informais, profissionais ou académicas, escolares ou extra-escolares.

O Conselho chegou a acordo quanto a uma abordagem geral da proposta em Novembro do ano passado sob a Presidência Finlandesa e tomou entretanto conhecimento dos pareceres das várias Comissões do Parlamento Europeu.

A Presidência deseja consolidar o excelente trabalho realizado pela Presidência Alemã e fará quanto estiver ao seu alcance para cumprir o pedido formulado pelo Conselho Europeu e concluir a aprovação da recomendação no respeito do calendário previsto para a sua implantação.

Com este objectivo trabalhará em estreita cooperação com o Parlamento – nomeadamente com o relator Mario Mantovani, a sua equipa e o Secretariado do Parlamento – para que seja possível chegar brevemente a um consenso sobre o texto final.

Fizeram-se já importantes progressos, e estou confiante em que a boa cooperação que mantemos com o Parlamento permitirá atingir prontamente um consenso sobre esta importante recomendação, entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão.

A Conferência *Valorizar a aprendizagem: práticas europeias de validação de aprendizagens não formais e informais*, a realizar em Lisboa em 26 e 27 de Novembro, além de poder vir a constituir uma ocasião para o lançamento do Quadro Europeu das Qualificações, será uma oportunidade para identificar o progresso realizado nos últimos três anos na aplicação dos Princípios Comuns Europeus de Identificação e de Validação da Aprendizagem não Formal e Informal, bem como para analisar práticas inovadoras neste domínio e identificar processos de garantia de qualidade e credibilidade.

A cooperação interinstitucional indispensável à aprovação do Quadro Europeu das Qualificações deverá manter-se quanto à designação do ano de 2009 como Ano Europeu para a Criatividade e para a Inovação, através da Educação e da Cultura.

A ideia foi bem recebida no Conselho, mas é necessário um acordo antes de avançarmos.

A posição do Parlamento, e em particular desta Comissão, será decisiva.

No caso de chegarmos rapidamente a um entendimento, a Presidência trabalhará com a Comissão e com o Parlamento durante o próximo Outono para levar esta iniciativa por diante.

Permitam-me que conclua com algumas palavras a propósito das relações externas da União Europeia na área da educação e da formação.

O exemplo dos sistemas europeus de aprendizagem ao longo da vida constitui um importante instrumento para a afirmação dos valores europeus para além das fronteiras da União, e mesmo a nível mundial.

Neste contexto, importa também valorizar os laços históricos e culturais que os Estados-membros da União Europeia mantêm com países de outros continentes.

Se a cooperação com África, para além da ajuda humanitária de emergência, se centrar na ajuda à formação de uma capacidade própria de desenvolvimento, terá de começar pela educação e pela formação.

Para além disso, a Europa tem tudo a ganhar em abrir-se ao mundo.

Espera-se que as novas propostas sobre a Fundação Europeia para a Formação ou sobre o Programa Erasmus Mundus, relativamente às quais aguardamos com interesse as posições do Parlamento Europeu, sirvam para ampliar essa abertura.

Para terminar, e antes de deixar a palavra aos membros da Comissão para quaisquer perguntas que desejem fazer, permitam-me que saliente, mais uma vez, que a relevância que as questões da educação e da formação adquiriram no contexto europeu confere também maior importância à cooperação, que queremos estreita, entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão.

A experiência recente diz-me que posso estar certa de que esta Comissão desempenhará plenamente o papel que lhe cabe neste contexto.

